



Bolsas	Pontuação B3	Dólar	Salário mínimo	Euro	CDI	CDB	Inflação
Na quarta-feira	Ibovespa nos últimos dias	Últimos		Comercial, venda na quarta-feira	Ao ano	Prefixado 30 dias (ao ano)	IPCA do IBGE (em %)
1,2% São Paulo	125.954	25/julho 5,647	R\$ 1.412	R\$ 6,120	10,40%	10,42%	Fevereiro/2024 0,83
0,24% Nova York	127.651	26/julho 5,658					Março/2024 0,16
	26/7 29/7 30/7 31/7	29/julho 5,625					Abril/2024 0,38
		30/julho 5,617					Maior/2024 0,46
							Junho/2024 0,21

POLÍTICA MONETÁRIA

Os comitês de política monetária do Brasil e dos Estados Unidos mantiveram as taxas básicas de juros, conforme esperado pelos investidores e especialistas. No Brasil, representantes da indústria protestaram contra a permanência da Selic em 10,5% ao ano

Superquarta sem surpresa no mercado

» ROSANA HESSEL

Em mais uma “superquarta” de decisões dos bancos centrais do Brasil e dos Estados Unidos, Comitê de Política Monetária (Copom) e Federal Open Market Committee (Fomc), respectivamente, foi confirmada, ontem, de forma unânime, a manutenção dos juros básicos tanto aqui quanto na terra do Tio Sam, como esperado pelo mercado.

Nos EUA, o Federal Reserve (Fed) manteve a taxa básica dos títulos do Tesouro norte-americano no intervalo de 5,25% a 5,50% ao ano pela oitava reunião consecutiva. Após a reunião do comitê, o presidente do Fed, Jerome Powell, confirmou a possibilidade de o ciclo de queda dos juros começar na próxima reunião, nos dias 17 e 18 de setembro — mesmo dia da próxima reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central brasileiro.

A confirmação de que os juros norte-americanos podem cair no curto prazo animou os investidores no mercado de ações do país no mercado interno e externo. A Bolsa de Valores de São Paulo (B3), por exemplo, fechou com alta de 1,2%, para 127.651 pontos.

No comunicado, após divulgar a manutenção da taxa básica da economia (Selic) em 10,50% ao ano, o Copom reforçou que o cenários internos e externos demanda “cautela” e manteve a preocupação com a piora do quadro fiscal — mesmo após o governo ter publicado o decreto com um corte de R\$ 15 bilhões nas despesas do Orçamento deste ano. A medida é considerada insuficiente para o cumprimento da meta fiscal e do novo arcabouço, de acordo com especialistas em contas públicas.

O colegiado afirmou na nota que segue monitorando “com atenção” como os desenvolvimentos recentes da política fiscal e reafirmou a importância de uma política fiscal crível e comprometida com a sustentabilidade da dívida contribuir na condução da política monetária, ancorando as expectativas de inflação e reduzindo dos prêmios de risco dos ativos financeiros.

O documento reafirmou que a política monetária “deve se manter contracionista por tempo suficiente em patamar que consolide não apenas o processo de desinflação como também a ancoragem das expectativas em torno da meta”, de 3% ao ano. “O Comitê se manterá vigilante e relembra que eventuais ajustes futuros na taxa de juros serão ditados pelo firme compromisso de convergência da inflação à meta”, acrescentou.

Reações

Logo após o término da reunião do Copom, entidades empresariais também comentaram o assunto. Em nota, a Confederação Nacional da Indústria (CNI) lamentou a decisão e a classificou como “preocupante”. A Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan) ainda ressaltou que a manutenção da taxa Selic “reflete o cenário atual de incertezas econômicas e pressões inflacionárias”.

Para a entidade, “o principal entrave para a retomada sustentável do ciclo de cortes de juros é a incerteza quanto ao equilíbrio das contas públicas”. “Embora o recente anúncio de congelamento no Orçamento de 2024 tenha gerado certo alívio, a ausência de uma agenda estrutural de corte de gastos eleva o risco-país, desvaloriza a moeda local e

Em linha

O Comitê de Política Monetária (Copom), em decisão unânime, manteve a taxa básica da economia (Selic) em 10,50% ao ano, como esperado pelo mercado

EVOLUÇÃO DA TAXA SELIC

Taxa Selic — Em % ao ano



2022
2023
2024
2025
2026
2027

*Decisão do Copom na 5ª reunião do ano
**Mediana das projeções do mercado para a taxa Selic do Boletim Focus do Banco Central
Fonte: Banco Central

deteriora as expectativas inflacionárias”, acrescentou a nota.

O economista-chefe do Banco Daycoval, Rafael Cardoso, avaliou que o Copom foi mais duro do que o esperado e, mesmo com o Fed sinalizando que poderá reduzir os juros na próxima reunião, os diretores do BC brasileiro ainda deixaram a porta aberta para uma possível alta da Selic. Na avaliação dele, em grande parte, isso ocorre devido ao cenários doméstico e externo adversos, além do fato de o mercado de trabalho estar mais aquecido do que o esperado, o que também gera pressões inflacionárias.

“No comunicado, o BC coloca a ideia de que, eventualmente, o cenário de subir os juros não é desprezível. Ainda

não é o nosso cenário base, porque vai depender dos acontecimentos futuros, mas a comunicação do Copom deixa a porta aberta para a alta da Selic”, afirmou. Ele lembrou que, pelas projeções do Banco Central, no cenário alternativo, uma Selic a 10,50% não é suficiente para que a inflação volte para o centro da meta (de 3%) neste ano e em 2025. “E, por isso, o BC pode, eventualmente, ter aberto essa porta caso precise voltar a subir a taxa de juros”, explicou.

Sergio Vale, economista-chefe da MB Associados, destacou que o cenário tende a continuar mais turbulento para 2025 e 2026. “Isso já vai dificultar a atuação do Banco Central e justifica a manutenção da Selic em 10,50% durante bastante tempo. O próximo movimento

de mudança nos juros, provavelmente, vai demorar para acontecer e não deve ocorrer neste ano, que tem eleições nos Estados Unidos e uma possível recessão no país norte-americano”, afirmou.

O economista da MB acredita que, como a probabilidade de queda da Selic é muito pequena, os juros no Brasil devem continuar ao redor dos 10% ao ano ao longo dos próximos dois anos e meio. “É esse o cenário de Selic que temos hoje e ao longo do mandato do atual governo Lula, com risco de ele continuar reclamando dos juros o tempo inteiro, sem fazer o trabalho necessário para resolver a questão fiscal, que é o grande nó e a grande dificuldade para o BC conseguir baixar a taxa de juros neste momento”, frisou Vale.

» Entrevista | MARCUS PESTANA | DIRETOR-GERAL DO IFI

“Meta é diferente de tolerância”

» MARIA BEATRIZ GIUSTI*

O corte de R\$ 15 bilhões no Orçamento de 30 ministérios anunciado pelo governo federal, nesta semana, é insuficiente para atingir a meta de zerar o déficit primário. Foi o que disse, ontem o diretor-geral do Instituto Fiscal Independente (IFI), órgão

vinculado ao Senado Federal, Marcus Pestana, em entrevista ao C.B. Poder, parceria entre o Correio e a TV Brasília. As estimativas do instituto apontam que a redução do Orçamento deveria ser em torno de R\$ 57 bilhões para não aumentar a dívida pública brasileira. A seguir, trechos da entrevista concedida aos jornalistas Denise Rothenburg e Renato Souza:

Como os cortes no Orçamento vão afetar as contas públicas e o serviço final para o cidadão?

É importantíssimo que o governo atinja a meta prevista no arcabouço, que é zerar o déficit, mas é importante lembrar que a meta é diferente da tolerância. O governo pode, neste ano de 2024, acumular um déficit, ou seja, gastar mais do que tem, até 0,25% do PIB (Produto Interno Bruto), isso em termos de gastos primários. Mas, o instituto acredita que esses R\$ 15 bi que foram bloqueados são insuficientes para atingir a meta. Nós estimamos que teria que ser alguma coisa em torno de R\$57, R\$58 bilhões, o governo está sinalizando R\$ 15 (bilhões). A gente precisaria de um esforço fiscal, que não só envolve corte de gastos, mas, também o incremento de uma arrecadação para cumprir o déficit zero e não deixar os juros e as dívidas crescerem.

Como fazer um incremento no Orçamento sem que prejudique a população?

Houve uma mudança radical de paradigma. Antes, o teto de gastos herdado do governo Temer, o foco era o controle de despesas. A nova proposta do ministro Haddad passou a ser a ampliação de receitas e houve um incremento no primeiro semestre, 9% acima da inflação. É uma um resultado espetacular, só que as despesas cresceram 10,5%. As medidas aprovadas em 2023 pelo Congresso Nacional, como a retomada da política de valorização do salário mínimo, a vinculação pró-cíclica à educação e à saúde. Essa dinâmica elevou as despesas, então, mesmo que haja o esforço da arrecadação, o buraco permanece. O Brasil fica patinando nessa dificuldade enorme de um crescimento mais ousado.

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press



O equilíbrio das finanças é fundamental para a credibilidade política e econômica do Brasil para os investidores. No entanto, estamos discutindo economia de palito*

Como faz para corrigir essa distorção no Orçamento?

O equilíbrio das finanças é fundamental para a credibilidade política e econômica do Brasil para os investidores. No entanto, estamos discutindo economia de palito. É como se um brasileiro que ganha R\$ 10 mil por mês, estivesse se descabelando para cortar R\$ 70 reais. Um Orçamento de mais de R\$ 2 trilhões, congelar R\$ 15 bi equivale a

0,7% da receita total. Mas nós temos juros de R\$ 700 bilhões e o Brasil não está pagando os juros da dívida com receita primária, está pagando dívida com dívida. Nós teríamos que fazer uma economia de poupança para pagar os juros e não deixar essa dívida crescer.

O que é preciso para fazer essa poupança?

É preciso repensar o financiamento e

a estrutura da previdência, mas precisaria de uma mudança administrativa profunda. O problema é discutir apenas as pequenas coisas que aumentariam o Orçamento. A gente fica discutindo sobre a árvore, enquanto deveríamos estar falando sobre a floresta. O que constrói o futuro do país é a taxa de investimento, com a parceria público-privada. São os investimentos em tecnologia e inovação que formam o Brasil. Não é o consumo que faz o desenvolvimento, são os investimentos estratégicos que fazem. Senão, o Brasil vai continuar pagando juros de dívida com mais dívida, assim vira uma bola de neve. Graças à baixa taxa de investimento e o Orçamento engessado, acontecerá o estrangulamento total.

Por que acontecerá o estrangulamento e como não chegar lá?

O que está acontecendo é que as despesas obrigatórias estão espremendo as despesas discricionárias. As despesas obrigatórias são as folhas de pagamento, a previdência, são artefatos básicos da máquina. Imagina as Forças Armadas sem munição, a Polícia Rodoviária sem gasolina, não tem como. As discricionárias são os investimentos que o país faz na educação, saúde, através das políticas públicas. Então, tem uma compreensão da margem de manobra que o governo tem e o investimento sai pelo ralo. O Brasil vai perdendo a perspectiva de construção do futuro com investimentos estratégicos, até chegar ao ponto de estrangulamento totalmente as contas públicas. É preciso uma mudança estrutural na dinâmica das finanças públicas para não chegar a esse ponto.

*Estagiária sob supervisão de Edla Lula